



Bancada evangélica anda irritada com o governo

Tensão com bancada evangélica deve subir sob novo comando

Coordenação do colegiado irá mudar em fevereiro

Por Ana Paula Marques

Por um acordo feito entre os parlamentares pertencentes à bancada evangélica do Congresso Nacional, a coordenação do colegiado passará por um revezamento de comando quando o Congresso retornar do recesso em fevereiro. Durante o primeiro semestre de cada ano — 2023 e 2024 —, o deputado federal Eli Borges (PL-TO) assumirá a direção da bancada. Ele faz parte da ala mais bolsonarista do grupo, que em sua maioria é formada por parlamentares do PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Isso deve aumentar o nível de tensão que o governo enfrenta com a parte conservadora do Congresso. Se já havia essa tensão, ela foi agravada

depois do dia 17, quando a Receita Federal derrubou a norma que dava isenção fiscal a líderes religiosos, medida que havia sido editada pelo ex-presidente Bolsonaro em 2022, um mês antes do início da campanha eleitoral.

Mal-estar

A decisão repercutiu mal entre os parlamentares da bancada. O ex-presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), criticou a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após a decisão e disse que o governo “odeia” os evangélicos e os cristãos.

“Não é nada que surpreenda a gente. Esse governo busca legalizar jogos, usa o pronome ‘todes’ em cerimônias oficiais

e desrespeita tudo em que acreditamos. É um governo que odeia evangélicos e cristãos”, disse o deputado ao site Poder360.

A coordenação da bancada evangélica estava nas mãos do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), mais moderado. Com o acordo, ele deve voltar a encabeçar as decisões do colegiado somente no segundo semestre de 2024.

Desconforto
A decisão de retirar a isenção foi publicada no último dia 17. Logo no dia seguinte, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniu-se com o presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Senado, Carlos Viana (Podemos-MG), para tentar um acordo.

Ficou decidido que seria criado um grupo de trabalho

para discutir a regulamentação da isenção tributária aos líderes religiosos. Segundo Haddad, o objetivo é chegar a uma interpretação que não crie “problemas nem para os servidores públicos da Receita, que obviamente querem cumprir a lei, nem para prejudicar, nem para beneficiar quem quer que seja”, declarou.

Decisão

Segundo a Receita Federal, a isenção à remuneração de pastores e líderes religiosos, soma um impacto de quase R\$ 300 milhões aos cofres públicos, e a decisão teria vindo de uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Porém, os ministros do TCU se sentiram incomodados com a menção na decisão do órgão do governo. E reagiram dizendo que essa questão ainda está em análise. Em nota, o Tribunal disse que “o processo trata de representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para avaliar a legalidade e legitimidade da ampliação de isenção de impostos para remuneração recebida por pastores conferida pela referida norma, diante de possível desvio de finalidade e ausência de motivação”, esclareceu o TCU.

O processo continua tramitando e não há nenhum despacho ainda sobre o assunto do relator da matéria, ministro Aroldo Cedraz. Por isso, a avaliação entre os ministros da Corte de Contas é de que o governo jogou o Tribunal no meio da crise para se blindar com a bancada evangélica.

Até o momento, o governo já acumula dois desentendimentos em 2024 antes mesmo do início dos trabalhos legislativos, um com a bancada evangélica e outro com a maioria dos parlamentares pela Medida Provisória (MP) que reonera a folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam.



Queda-de-braço entre Executivo e Legislativo

Governo, Congresso, a força da grana e a disputa de poder

Por Rudolfo Lago

É curiosa a relação entre o governo federal e o Congresso. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenta a todo custo aumentar a arrecadação do país para que se possa investir mais sem ferir os pressupostos de equilíbrio fiscal que ele está determinado a cumprir, com o déficit zero. O Congresso reage duramente a esses esforços. Está determinado a manter a desoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia. Chia com o fim da isenção para os sacerdotes religiosos.

Então, o governo sanciona o orçamento cortando R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares alegando que não há dinheiro. E o que faz o Congresso? Chia também. E sugere, com a história da reforma administrativa, que o governo trate, então de cortar pelo seu lado, no Executivo.

Parece um paradoxo. Esforços para aumentar a arrecadação são rechaçados. Esforços para diminuir gastos também. Mas é só penetrar um pouquinho mais fundo nesse terreno pantanoso para entender que não há paradoxo. Na verdade, o que há é uma disputa pela chave do cofre. Uma disputa que é por dinheiro. Mas especialmente é por poder.

Bolsonaro cedeu

Às voltas com mais de cem processos de impeachment, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi cedendo ao Congresso mais e mais controle sobre a execução orçamentária, com a história do tal orçamento secreto. Poder dado não se devolve. O Congresso não irá ceder em manter esse poder, tenha ou não tenha orçamento secreto. Muda-se o jeito, muda-se o nome, mas a destinação vai continuar. Assim como quem dá as cartas sobre ela.

No total, o orçamento do governo para 2024 é de R\$ 5,5 trilhões. Mas a maior parte dessa imensa quantidade de dinheiro destina-se ao pagamento de despesas correntes. Previdência, folha salarial, custeio da máquina, etc. O que há para investimen-

tos é algo em torno de R\$ 70 bilhões. Sendo R\$ 54 bilhões para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É aí, nos investimentos, que um governo de fato define a sua cara. Suas realizações. O que planeja fazer para o país.

E o que está previsto para emendas parlamentares ao orçamento? Antes, era quase o mesmo que para o PAC: R\$ 53 bilhões. Na sanção, Lula reduziu para R\$ 47 bilhões. Ainda é, de longe, a maior bolada de dinheiro posta sob o controle de deputados e senadores. Todo esse dinheiro é para obras e políticas públicas.

Disputa

Fica clara, então, a disputa sobre quem quer dar as caras do investimento público. Sobre quem quer ter o poder de afirmar onde o dinheiro público foi destinado. Quem quer lucrar politicamente com essa destinação (sem contar com a possibilidade de lucrar pessoalmente, mas essa é uma outra, e longa, história). Ser o padrinho dela.

Para o país, o problema é que os parlamentares jamais terão a visão nacional de país. Eles praticamente só conseguem enxergar o país a partir das suas paróquias. No caso, o cálculo político de deputados e senadores é naturalmente regional. Assim como o cálculo político de um presidente da República é nacional. Porque essas são as searas onde disputam os votos.

Bônus e ônus

O último complicador dessa história é que o Congresso busca mais e mais ter poder sobre essa destinação sem ter na mesma medida a responsabilidade. Porque o regime de governo brasileiro é presidencialista.

Simplificando as palavras: o poder de destinação do Congresso, se der certo o bônus é do Congresso; se der errado, no regime presidencialista, o ônus é do governo.

*Jornalista. Chefe da redação do Correio da Manhã em Brasília. Responsável por furos como o dos anos do orçamento e o que levou à cassação de Luiz Estevão. Ganhador do Prêmio Esso.

IR: Tabela será reajustada para garantir isenção até dois mínimos

O presidente Lula (PT) afirmou nesta terça-feira (23) que o governo vai fazer um ajuste na tabela do Imposto de Renda deste ano para isentar da cobrança os contribuintes que recebem até dois salários mínimos (o equivalente a R\$ 2.824) mensais.

Em maio do ano passado, uma medida provisória corrigiu a faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) de R\$ 1.903,98 para os atuais R\$ 2.112 e instituiu uma dedução simplificada mensal de R\$ 528 assim, seria possível isentar ganhos até R\$ 2.640, o equivalente a dois pisos, segundo valores vigentes em 2023.

“Com o reajuste do salário mínimo, as pessoas parecem que vão voltar a pagar o Imposto de Renda, mas não vão. Porque nós vamos fazer as mudanças agora para quem ganhe até dois salários mínimos não pague IR. Eu tenho um compromisso de chegar até o fim do meu mandato isentando todo mundo que ganhar até R\$ 5.000”, afirmou o petista em entrevista à rádio Metrôpole da Bahia.

“É um compromisso de campanha, mas, sobretudo, de muita sinceridade. Nesse país, quem vive de dividendo não paga Imposto de Renda e quem vive de salário paga Imposto de Renda”, acrescentou.

O presidente afirmou ainda que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sabe que serão necessários fazer “ajustes”.

“Eles são difíceis, porque nós



Afirmção foi feita pelo presidente Lula nesta terça-feira

precisamos saber que na hora que a gente abre mão de um dinheiro, a gente tem que saber da onde vai pegar o outro dinheiro”, disse Lula.

Segundo interlocutores do governo ouvidos pela Folha, os estudos ainda estão em fase inicial, mas a tendência é repetir o modelo adotado em 2023, que mesclou a correção da faixa de isenção com a criação de uma dedução simplificada.

Enquanto a correção da faixa de isenção beneficia todos os contribuintes, independentemente do salário, a dedução é, na prática, vantajosa apenas para quem tem remuneração menor e possui poucos descontos legais a declarar com contribuição previdenciária, pensão alimentícia, dependentes, entre outros.

No ano passado, o mix entre

esses dois instrumentos foi a saída encontrada pela equipe de Haddad para atender ao pedido de Lula de isentar quem ganha até dois salários mínimos sem impor um custo elevado às contas públicas. Toda atualização na tabela do IR gera uma renúncia de receitas.

Na época, economistas calculavam um impacto de cerca de R\$ 10 bilhões em 2023 para a correção da tabela do IRPF a partir de 1º de maio. Sob o formato adotado pelo governo, o custo ficou reduzido a R\$ 3,2 bilhões, segundo dados divulgados na ocasião pela Receita Federal.

A avaliação dentro do governo é que o modelo “deu muito certo” e, por isso, “faz sentido continuar” com esse desenho.

Uma definição final, porém, ainda depende de estudos técnicos da Receita Federal. É preciso

Marcello Casal Jr/Agência Brasil